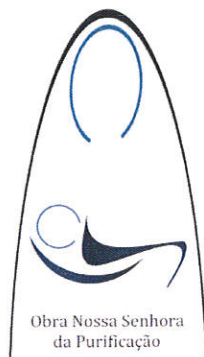


FUNDAÇÃO
OBRA NOSSA SENHORA DA
PURIFICAÇÃO



Relatório e Contas
2020

**Fundação da Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2020

1 - Introdução

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, com sede social em EST DA CIRCUNVALAÇÃO 5 QUINTA DO FERRO, com um capital social de 419.170,03 €, tem como atividade principal atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão de 1929, projetando-se que no ano passado o rendimento de cerca de 90 milhões de pessoas tenha caído para valores abaixo dos 2 dólares por dia, especialmente em regiões como a Ásia Meridional e a África Subsariana, e em particular para os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres e emigrantes, levando a uma regressão nos progressos que têm vindo a ser feitos para reduzir os níveis de pobreza extrema, principalmente nos países de baixo rendimento. No conjunto das economias emergentes, o rendimento per capita caiu mais de 90%, o que fez aumentar ainda mais as diferenças entre estes e os países desenvolvidos. Para além disso, o facto de as escolas terem sido fechadas poderá retroceder drasticamente os níveis de acumulação de capital humano.

Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macroprudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma moderada recuperação económica e, de forma a assegurar que esta ainda frágil recuperação acelere e que no longo prazo se transforme num crescimento económico robusto, os legisladores e decisores políticos terão de enfrentar e superar enormes desafios – na saúde pública, na gestão da dívida, na implementação das políticas orçamentais e de reformas estruturais, assim como na gestão dos bancos. Com um foco simultâneo na proteção e apoio dos mais vulneráveis, as políticas a implementar deverão também incentivar uma mudança de propósitos para a criação de um ambiente económico pós-COVID mais forte e sustentável.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do ano 2020, a pandemia COVID-19 impactou severamente as condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados. Juntamente com a incerteza acerca do panorama económico pós-pandemia, estes agentes sentiram-se desencorajados e passaram a tomar medidas mais conservadoras, especialmente no tocante ao consumo e ao investimento.

Esta crise pôs em risco a convergência entre as economias avançadas e em desenvolvimento. Tanto o Banco Mundial como o FMI preveem uma recessão em 2020 tanto nas economias avançadas (-8%) como nas economias em desenvolvimento (-2,6%, -5% excluindo a China), prevendo um PIB per capita negativo em cerca de 95% dos países. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -3,5% do crescimento a nível mundial.

No início da crise pandémica, a incerteza sobre a sua magnitude e impacto económico também se fez sentir nos mercados financeiros, com uma desvalorização abrupta dos ativos, em especial nos de maior risco, como foi o caso das ações e títulos de dívida de menor qualidade creditícia. Mas a adoção de medidas

ank
31.
Ass

monetárias rapidamente interrompeu esta volatilidade, tendo-se posteriormente verificado uma valorização nos mercados bolsistas. A tendência de valorização observada nos Estados Unidos após o choque de março foi inicialmente impulsionada pelas empresas tecnológicas. Na área do euro também se observou uma valorização dos principais índices bolsistas, ainda assim abaixo dos valores registados antes da pandemia.

As medidas de confinamento e as limitações à mobilidade internacional tiveram um grande impacto nas companhias aéreas e no turismo. O fecho das fronteiras - que também contribuiu para a disrupção na oferta de bens e serviços - fez colapsar o comércio global que, devido às tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, assim como entre a Europa e o Reino Unido, já começava a registar uma trajetória de contração no final de 2019. No geral, o Banco Mundial prevê que, para 2020 o comércio global se tenha contraído em -9,5%.

A prolongação destas contenções teve também um grande impacto no setor petrolífero, que ainda permanece rodeado de incertezas. Nos primeiros estágios do COVID-19 o preço do petróleo caiu drasticamente, o que levou a OPEP a cortar a produção em aproximadamente 9,7 milhões barril/dia desde abril de 2020 – o maior acordo de corte de produção na história deste setor. Só nos últimos meses do ano é que se começou a verificar uma recuperação, tendo o seu preço médio anual por barril situado nos 41 dólares, o que representa uma queda de 34% face a 2019. Quanto aos restantes bens, na maior parte destes verificou-se uma recuperação nos preços, especialmente dos metais, que conseguiu rapidamente voltar aos seus níveis pré-pandemia, sobretudo devido ao aumento da procura na China.

Nos meses mais recentes, as economias avançadas – em especial os Estados Unidos e vários países da Zona Euro – contabilizaram um aumento de infeções por SARS-Cov2. Nas economias emergentes, o número de novos surtos na Ásia Meridional e Central, na América Latina, nas Caraíbas e na Europa continuou a aumentar. Para aliviar estes efeitos, muitos países foram forçados a manter ou reintroduzir medidas de contenção.

Para mitigar todos estes efeitos, verificou-se uma adoção generalizada de pacotes de estímulos fiscais e monetários, o que levou a uma descida das taxas de juro na maioria das economias avançadas. Também os países emergentes implementaram estes pacotes, mas a adoção destas medidas foi mais limitada em termos de recursos, o que levou a taxas de juros mais elevadas. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, a taxa de manutenção será de -0,526% em 2020. Já nos Estados Unidos, as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses serão de 0,7%.

No tocante às taxas de câmbio, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD continuou o seu perfil descendente até finais de fevereiro onde atingiu os 1,079, tendo-se registado um pico de 1,146 no início de março, seguido de uma forte queda até finais de março, onde atingiu os 1,071. No decorrer do resto do ano registou uma trajetória ascendente, e a 30 de dezembro atingiu o seu valor mais elevado de 1,228. Quanto à cotação EUR/GBP, também se verificou uma continuação do seu perfil descendente até finais de fevereiro, onde atingiu o valor mais baixo do ano de 0,830 e começou então a subir, tendo em meados de março atingido o valor mais elevado de 0,923, registando novamente uma queda até inícios de abril, onde se situou nos 0,879 e, tendo estabilizado a partir desta data, terminando o ano com uma cotação de 0,899.

No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contração nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fosse pelas medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Também os bancos centrais aplicaram medidas de suporte ao crédito e de prevenção de disrupções no mercado financeiro. De acordo com a Comissão Europeia, 80% dos pacotes fiscais criados em 2020 foram somente para responder à pandemia, correspondendo a 4,2% do PIB total da União Europeia (UE). Assim, para o continente europeu o FMI projeta uma contração de -7% do PIB real em 2020 – o seu valor mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

Para a zona euro, o PIB real caiu severamente durante a primeira metade do ano, ainda assim mitigadas pelas políticas adotadas, tanto ao nível geral como de cada país membro, as quais permitiram uma ligeira recuperação no terceiro trimestre de 2020. Contudo, esta recuperação foi rapidamente revertida pelos novos surtos do vírus, que levaram os diversos países membros a reintroduzir medidas de confinamento. Vários setores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no setor produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -8,3%.

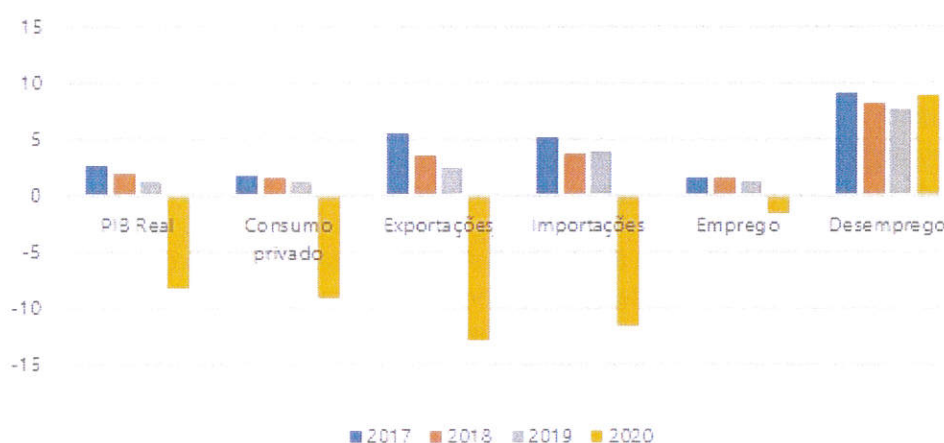
Para esta recuperação contribuíram maioritariamente o consumo privado que, para o conjunto do ano representou um crescimento de -9,2%, assim como as exportações e as importações, com um crescimento de -12,9% e de -11,6%, respetivamente.

O choque da procura na atividade económica mundial gerou uma pressão deflacionária adicional sobre os preços dos bens. Estes dois efeitos contribuíram para uma descida, em termos homólogos, do Índice Harmonizado dos Preços do Consumidor (IHPC) na área do euro, tendo a inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) atingido um mínimo histórico de 0,6%. Para o total de 2020, o Banco Mundial aponta para uma taxa de inflação de 0,3%.

Em relação ao mercado de trabalho, segundo o FMI, a taxa de emprego situou-se nos -1,7%, com uma taxa de desemprego de 8,9%. Ainda assim, o impacto que o COVID-19 teve nos níveis de emprego foi relativamente moderado, devido ao suporte fornecido pelos governos de cada estado membro.

As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos, reflexo das medidas adotadas pelo BCE e pelas autoridades europeias para mitigação do impacto da crise pandémica, em especial no mercado de dívida titulada na área do euro onde, após um momento de perturbação inicial, se observou uma redução das yields para níveis próximos do período pré-pandemia.

Indicadores Macroeconómicos Zona Euro (FMI, dezembro 2020, variação anual em %)



No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de -3,6% para o conjunto de 2020. Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajetória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou. Também a queda do consumo privado e da produção foi mais severa

Amk
SH
Flu

nestes países. Contudo, o suporte macroeconómico ajudou a mitigar o declínio da atividade nestes países. A queda no investimento foi parcialmente contida por diversos pacotes fiscais e por cortes nas taxas de juro, promovendo assim a liquidez e os empréstimos.

2.2 A nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respetivamente. O setor dos serviços - destacando a diminuição sem precedentes das exportações de turismo - foi mais afetado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao setor da construção, ao contrário do verificado na área do euro, este manteve-se resiliente.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, o rácio de endividamento das empresas aumentou 5,7%, resultado do aumento da dívida total das empresas (2,4%), em especial das PME e da indústria transformadora e extrativa (com uma taxa de variação anual (tva) de 6,2% em junho), mas também do comércio, alojamento e restauração (tva de 7,4% no mesmo período) e da construção e atividades imobiliárias (tva de 6,8%). Este aumento interrompeu a tendência de redução que se vinha a observar desde 2013.

Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rentabilidade das empresas em junho de 2020 face a dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos setores das indústrias, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas, associado à obtenção de novo crédito.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um aumento de 0,3% face a 2019, o que representa um aumento de 3,4% da população desempregada e uma diminuição de 2% da população empregada. Ainda assim, verificou-se uma diminuição de 10,3% dos desempregados de longa duração. Por região, o Algarve registou a maior taxa de desemprego (8,3%), seguido da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) tendo o Centro e o Alentejo registado as taxas mais baixas (5,6% e 5,9%, respetivamente). Em termos homólogos, o Algarve registou o maior crescimento do desemprego (+1,2%), e as únicas regiões onde se verificou uma

diminuição do desemprego foram o Alentejo (-1,0%) e a Região Autónoma dos Açores (-1,8%).

As medidas de apoio às empresas – em particular o regime de layoff simplificado – e de apoio aos trabalhadores independentes, permitiram controlar os níveis de desemprego ao longo do ano. Estas medidas, em conjunto com o reforço dos estabilizadores automáticos juntamente com várias medidas de apoio direto ao consumo de bens de primeira necessidade e ainda os programas de moratória, contribuíram para a manutenção do rendimento e da estabilização social das famílias mais afetadas pela redução da atividade económica.

A alteração ao comportamento habitual das famílias levou a uma queda do consumo privado para 6,8%, segundo projeções do Banco de Portugal. Já o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2020 uma variação média anual nula, enquanto que o IHPC registou uma taxa de variação média de -0,1%.

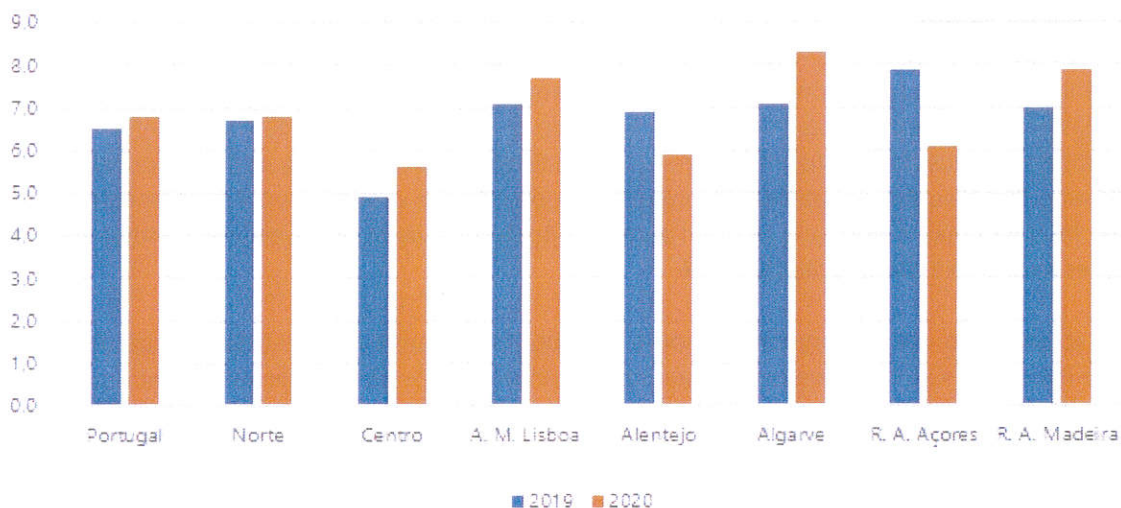
No primeiro semestre de 2020, a rentabilidade do sistema bancário português diminuiu para valores próximos de zero, situando-se em linha com a média da área do euro, tendo concorrido para este resultado o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Quanto às administrações públicas, no conjunto do primeiro semestre de 2020 registou-se um saldo de -5,4% do PIB, comparando com -1,2% em igual período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, o rácio de dívida pública situou-se em 130,6% do PIB, o que representa um aumento de 13,4% face a dezembro de 2019.

Na colocação de dívida de curto prazo, a taxa de juro média das emissões de bilhetes de Tesouro passou de -0,3% no primeiro semestre de 2020 para -0,5% no segundo semestre. Já nas emissões de longo prazo, a taxa de juro média da colocação de obrigações de Tesouro a 10 anos atingiu 0,8% na primeira metade de 2020, em contraste com os 0,3% verificados a partir de julho.

No primeiro semestre de 2020 observou-se uma redução de 8,6% da despesa com juros das administrações públicas face ao período homólogo. Adicionalmente, o impacto do pacote de estímulo para 2020 (2,7% do PIB) situou-se abaixo da estimativa para a média da área do euro (4% do PIB), o que resulta numa menor deterioração do saldo orçamental por esta via. Ainda assim, o elevado endividamento público representa uma vulnerabilidade no médio prazo.

Taxas de desemprego por região
INE, Estatísticas do Emprego, Fevereiro 2021

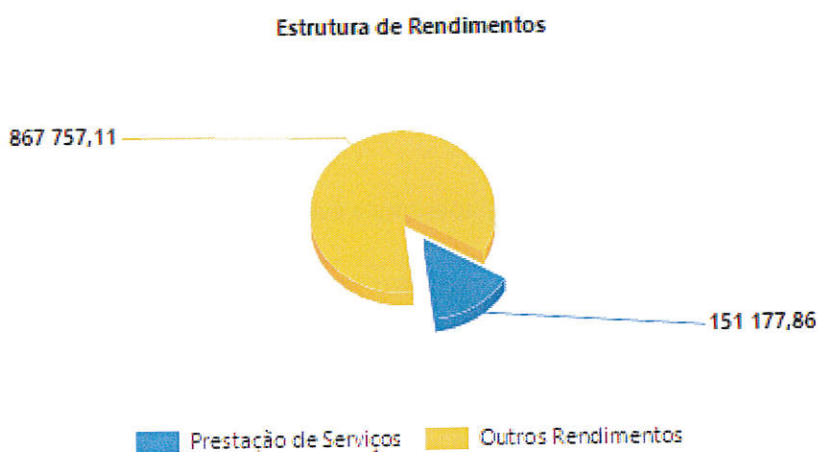
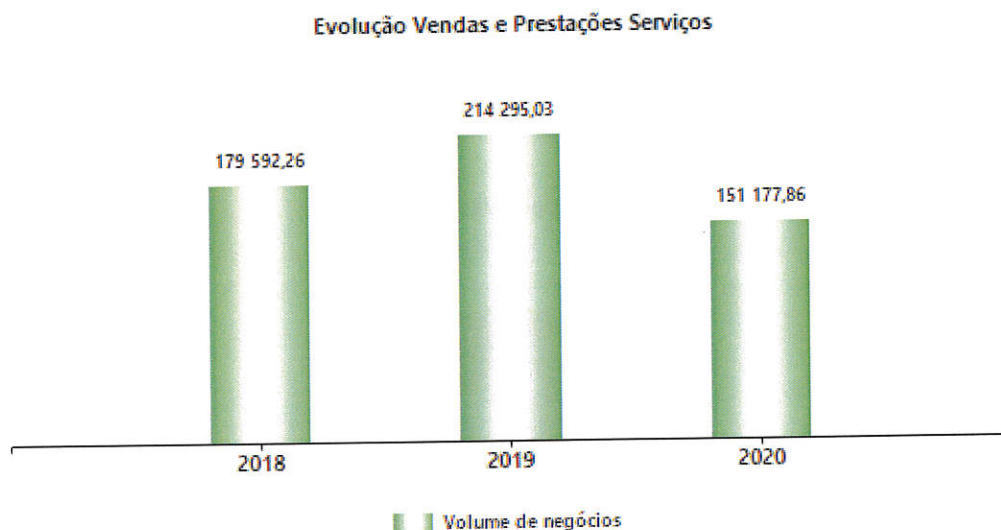


3 - Análise da Posição Financeira e da Atividade

a) – Posição Financeira

No período de 2020 apresenta-se uma variação de (29,45)% relativamente ao ano anterior, referente a quebras com mensalidades, por via da pandemia.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

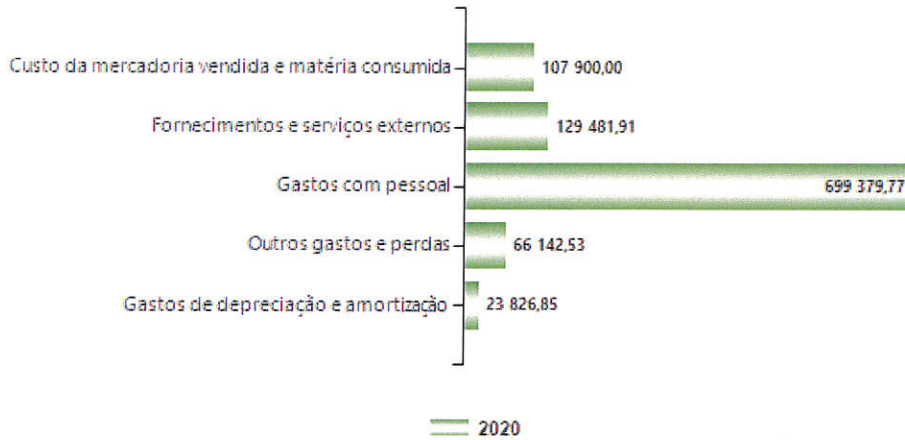


A rubrica de outros rendimentos refere-se sobretudo a subsídios de Estado (655.026,91€) e de particulares (201.859,70€).

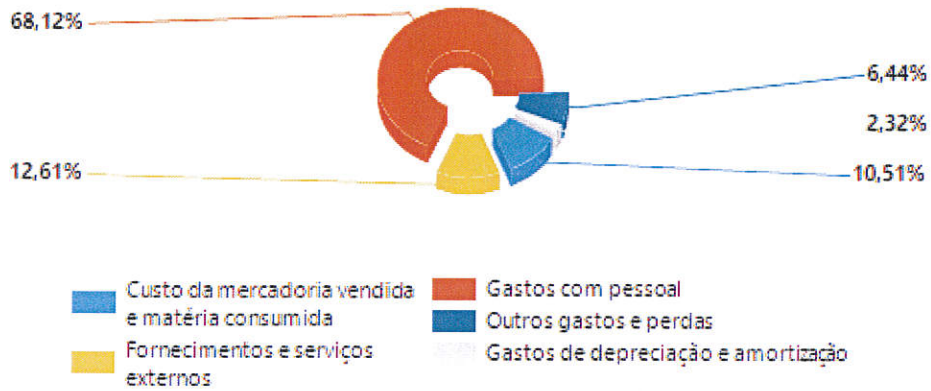
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura,

amk
Sr.
[assinatura]

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual

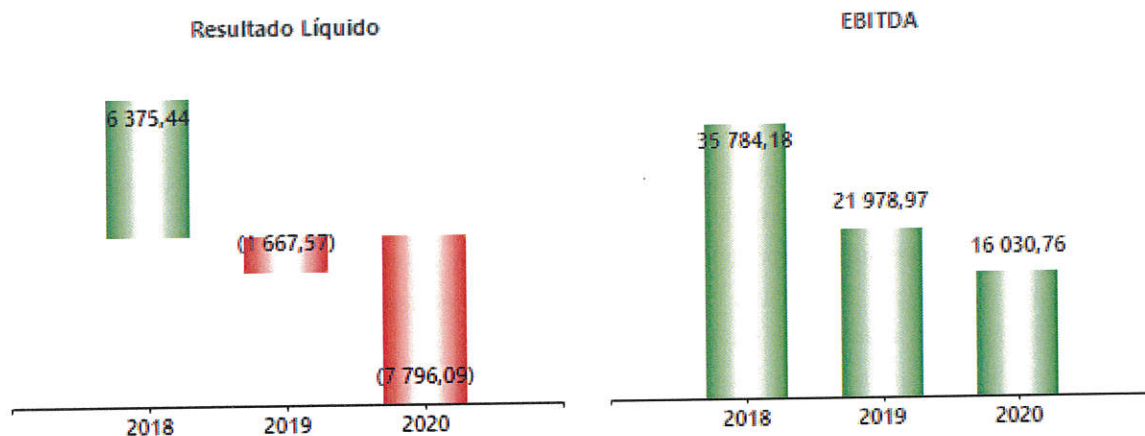


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos :

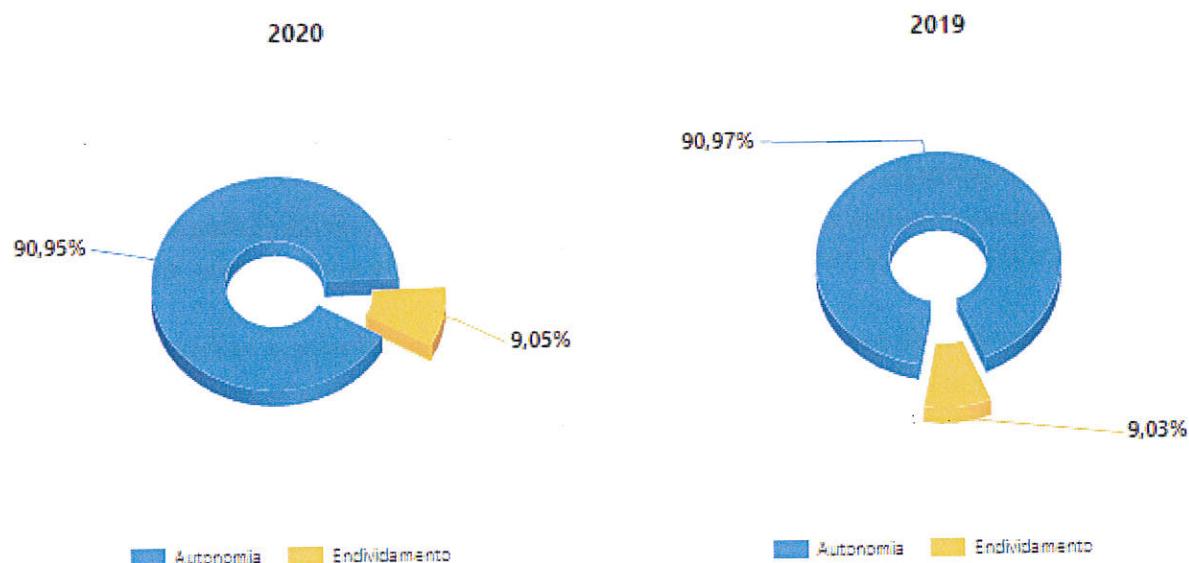
RUBRICAS	PERIODOS		
	2020	2019	2018
Gastos com Pessoal	699.379,77	682.375,58	647.225,76

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

amk
SN.
Amk



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO				
RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	1 633 700,90	89 %	1 648 255,51	89 %
Ativo corrente	205 890,78	11 %	199 435,64	11 %
Total ativo	1 839 591,68		1 847 691,15	
RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	1 673 031,79	91 %	1 680 827,88	91 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	166 559,89	9 %	166 863,27	9 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 839 591,68		1 847 691,15	

b) Atividade - RELATÓRIO DE AÇÃO 2020

A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação presta serviços à Comunidade através da promoção do desenvolvimento integral da pessoa humana, de acordo com os princípios éticos e morais da Igreja Católica, colaborando com as famílias na educação dos filhos e no apoio e orientação das crianças e jovens em situação de risco e ou perigo. O principal objetivo é o acesso à educação nas vertentes social, espiritual, intelectual, afetivo e familiar, assim como no exercício da cidadania.

A área de intervenção da Fundação situa-se nas Freguesias da Portela, Concelho de Loures e Fatima, Cova da Iria, Concelho de Ourém (cfr. Estatutos da FONSP).

Tendo sido um ano de acrescentados desafios devido à situação epidemiológica provocada pelo novo Coronavirus - SarsCoV-2 e declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde no dia 11 de março de 2020.

De acordo com os objetivos definidos pela Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação para 2020, a sua ação desenvolveu-se mediante os seguintes objetivos estratégicos, sempre em concordância com as orientações das Autoridades de Saúde em função da evolução da pandemia ao longo do ano:

- Promover os objetivos da Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação;
- Operacionalizar as respostas sociais de Creche e Educação Pré-Escolar e apoio a famílias carenciadas da Portela e arredores;
- Desenvolver as respostas sociais de Casa de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens (LIJ) e Centro de Atividades de Tempos Livres com extensões de horário e interrupções letivas em Fatima (CATL)
- Implementar as medidas necessárias na área da Segurança e Combate a Incêndio e Medidas de Auto-proteção na Casa em Fatima; adequação do espaço destinado ao funcionamento de Acolhimento Residencial para crianças e jovens em Fátima.

Para além dos objetivos estratégicos, foi preocupação da Fundação em

- Implementar adaptações necessárias para todas as nossas crianças poderem assistir às aulas via internet, nomeadamente com a aquisição de novos equipamentos informáticos e ampliação da rede sem fios interna.
- Formação e sensibilização dos nossos colaboradores para as regras de higiene e segurança pessoal e de todos em contexto de pandemia.
- Adaptação das nossas instalações para respeitar as regras da DGS/ISS com a aquisição de dispensadores de álcool gel, maior quantidade de EPI's, criação de espaços de isolamento, indicação de percursos internos para visitantes, funcionários e utentes.

Objetivos Estratégicos	Iniciativa / Ação	Resultados /Avaliação
Promover os objetivos da Fundação	➤ Atualização de dados dos utentes; adoção de medidas para proteção de dados;	Atualização dos dados dos utentes nas entradas /saídas de crianças e jovens

Sn.
[Handwritten signature]

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aceitação de Voluntários e Estagiários; ➤ Formalização de protocolos de cooperação (ex. Câmara Municipal de Ourém, Junta de Freguesia da Portela, ISS IP) ➤ Manter em bom estado de conservação e funcionamento todos os equipamentos da Fundação; ➤ Ações de formação para todos os trabalhadores, de acordo com o plano de formação; ➤ Sustentabilidade: Parcerias, Donativos de amigos e benfeitores; Kinderwerk Lissabon – CH-Goldach. 	<p>Foi aceite uma estagiária em Fátima que acabou por ser contratada como Auxiliar da Ação Educativa para o LIJ.</p> <p>Os protocolos com o ISS, IP mantiveram-se inalterados, tanto em Lisboa, como em Fatima.</p> <p>Com a Câmara de Ourém foram firmados 2 protocolos de Apoio Financeiro Covid-19, no valor de € 3.916,04 anual. Foi mantido o apoio da Câmara de Ourém para os almoços no CATL.</p> <p>Além da conservação dos equipamentos existentes, foi adquirido material informático novo e semi-novo para o LIJ num total de € 4.539,90 de.</p> <p>Lisboa: realizadas 23 formações com o total de 186 horas. Custo: € 592,74; Fátima: 16 formações, total de horas 261. Custo: € 380,00</p> <p>Foram realizadas várias formações para os funcionários no contexto do COVID-19.</p> <p>A Kinderwerk Lissabon – CH- Goldach manteve o apoio financeiro inalterado para com a Fundação.</p>
--	--	--

<p>Operacionalizar as respostas sociais de</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Creche ➤ Educ Pré-Escolar ➤ CATL (Fátima) 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento de uma média de 36 crianças em Creche (acordo para 28), Lisboa 125 crianças na Educação Pré-Escolar (capacidade/acordo) 30 crianças no CATL (acordo para 16) priorizando: <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade nas diversas áreas: cidadania, educação, ambiente, nutrição/higiene; - Vivências significativas como passeios, festas, colónia de férias, piscinas; - Apoio a famílias carenciadas com os alimentos recebidos através do Banco Alimentar; • Orientação às famílias em situação de maior vulnerabilidade para os recursos sociais existentes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de crianças <ul style="list-style-type: none"> Creche: 28 de Jan – Jul 34 (*uma) de Set – Dez Jard.Inf: 108 (*três) de Jan – Jul 97 (*duas) de Set – Dez CATL: 33 de Jan – Ago 26 de Set – Dez (*) crianças inclusão ao abrigo do DL 54/2018 Devido à situação de pandemia foi reforçada a higienização em todas as áreas utilizadas pelos utentes, famílias, fornecedores, etc, assim como nos EPIs para o pessoal. As três respostas sociais ficaram suspensas desde o dia 16 de março até 16 (ou 31) de maio. Convívios, passeios, etc. foram canceladas ou aconteceram de forma a evitar aglomeração de pessoas. A entrega de bens alimentares às ca de 70 famílias foi interrompida em 16 de março e retomada no início de Maio. Famílias orientadas para receber apoio alimentar (Banco Alimentar); encaminhamento Para requererem RSI;
--	---	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar respostas às problemáticas sociais identificadas nas estruturas inter-institucionais. • Realização de visitas domiciliárias quando identificados indicadores de risco; • Apoio psicossocial às crianças e suas famílias; • Identificação e prevenção de dificuldades de desenvolvimento das crianças através do apoio de equipas especializadas (terapeutas de fala e técnicos de intervenção precoce); • Voluntários do 12º ano da Escola Secundária da Portela; • Estagiários curriculares de Técnico de Apoio à Infância e Acompanhante de Crianças – Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social – Programa + Linguagem em idade pré-escolar – Investigação do Instituto Politécnico de Setúbal; 	<p>apoio para „Banco de Roupa“ da Junta Freg. Portela</p> <p>Não houve visitas domiciliárias, devido à situação pandémica; contatos via zoom com a CPCJ.</p> <p>Definição de estratégias e métodos para cada situação diagnosticada; elaboração de relatórios (CPCJ; EMAT)</p> <p>Encaminhamentos para técnicos especializados: Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Musicoterapia; intervenção precoce.</p> <p>Não houve voluntários nem estagiários.</p>
<p>Dinamizar a resposta social na</p> <p>Casa de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens em Fátima</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Acolhimento de até 24 crianças e jovens em situação de risco; ○ Promover atividades de autonomização para as jovens; ○ Cuidar de uma alimentação e higiene adequadas; ○ Diligências na área da Educação e da Saúde, também na área da saúde mental; para esse fim manter parcerias com as Clínicas PSIVALOR e CONTIGO. ○ Orientar e capacitar as utentes no seu processo de desenvolvimento físico, intelectual, moral e social; ○ Potencializar os utentes de ferramentas para a sua integração na sociedade; atividades extracurriculares ○ Realizar diligências junto às entidades competentes (Tribunais, EMAT, CPCJ) ○ Elaborar, reformular, comunicar e 	<p>Em 2020 encontraram-se acolhidas uma média de 20 crianças e jovens; Foram admitidas quatro crianças e jovens; duas saíram.</p> <p>As atividades das crianças/ jovens foram adaptadas conforme às orientações/ restrições da DGS e Segurança Social. A higiene foi reforçada, obedecendo ao Plano de Contingência para as utentes.</p> <p>Atendimentos em psicologia e apoio escolar aconteceram on-line; houve frequente articulação com o Centro de Saúde e Deleg.Saúde/Laboratório para realização consultas e testes.</p> <p>Durante o confinamento as aulas tiveram lugar via internet a partir do LIJ.</p> <p>Processo educativo interno recorrendo à conversas, dinâmicas, role play, internet. As aulas de música continuaram via zoom.</p> <p>Diligências com as autoridades aconteceram maioritariamente via internet.</p> <p>Parcialmente</p>

	<p>dinamizar os Projetos de Vida de cada utente (PSEI);</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Promover as relações familiares; ○ Realizar reuniões para as equipas de trabalho; com professores e técnicos de apoio terapêutico; ○ Reuniões com as famílias das acolhidas; visitas domiciliarias; ○ Disponibilizar supervisão; ○ Efetivar visitas de Estudo, passeios, colónia de férias, festas; 	<p>Os contatos com os familiares aconteceram via telefone, whatsapp e presencialmente com a devida distância.</p> <p>Reuniões desenvolveram-se, embora com menor frequência e maioritariamente via whatsapp ou on-line.</p> <p>As reuniões e visitas das/às famílias ficaram sujeitas às orientações superiormente recebidas.</p> <p>A supervisão ficou reduzida a poucas sessões por indisponibilidade da supervisora.</p> <p>Houve poucas saídas e estas de acordo com as orientações superiormente recebidas.</p>
<p>Medidas de Autoproteção e Adequação de Espaço em Fátima</p>	<p>➤ Concluir a implementação das Medidas de auto-proteção e SCIE de acordo com o Projeto elaborado, em concreto o abastecimento dos carretéis existentes na Casa em Fátima;</p>	<p>Ficou dependente a instalação da central de bombagem (SCIE).</p> <p>Foi realizada a ligação do sistema de água e águas residuais à nova rede municipal em Fátima.</p> <p>Foram adaptados 2 quartos para salas de estudo e foi criada uma área de isolamento com 2 quartos e 1 casa de banho com uma porta, no valor de € 500.</p>

Situação pandémica devido ao novo Coronavirus SARS-CoV2 e doença Covid-19

Embora algumas funcionárias da Fundação em Lisboa ficassem infetadas na fase inicial do aparecimentos do Virus, não houve situações graves, nem entre o pessoal, nem nos utentes (crianças e jovens). Os efeitos da pandemia fizeram-se sentir com maior impacto na sequência dos confinamentos e lockdown com o fechamento das escolas e estabelecimentos de ensino, o que obrigou a 5 funcionários (4 em Lisboa e 01 em Fátima) a dar assistência aos seus próprios filhos. Houve algumas situações de isolamento profilático em Lisboa, num total de 5 pessoas.

Durante o período de 16 de março até 17 maio – creche, 31 maio – jard.inf. e 29 junho – CATL, 10 trabalhadoras em Lisboa e 4 em Fátima estiveram total ou parcialmente em teletrabalho. Em Fátima, uma trabalhadora do CATL reforçou a equipa do CAR enquanto serviço essencial e - com praticamente todas as crianças/jovens em casa a assistir às aulas on-line.

Receitas/Despesas

Para fazer face às despesas na execução dos objetivos definidos, a Fundação teve como fontes de rendimento os subsídios do Estado, ISS IP, e MES e respetivos aumentos em 2020 para as quatro respostas sociais mediante acordos.

Em vista de assegurar os serviços essenciais no LIJ em caso de eventuais ausências do pessoal face à um possível surto de COVID-19 ou afastamento profilático de funcionários, assim como para suprir o aumento

de cuidados com a higienização, foi solicitada para Fátima, em articulação com o IEFP, através do programa MAREESS (Apoio de Emergência Social e de Saúde), uma Bolsa Mensal Complementar para 6 colaboradoras ao longo do ano, na média 1 a 4 em simultâneo, a partir de Maio, com várias prorrogações que se traduz num valor total recebido de € 10.663,09.

Apoios adicionais da Câmara de Ourém resultaram numa receita de € 3.916,04, incluindo uma compensação da redução das contribuições das famílias do CATL durante o confinamento.

Nas respostas sociais de Creche e Jardim de Infância a compensação da diminuição de 20% das mensalidades durante os meses de confinamento foi no valor de € 20.740,18 através da Câmara de Loures e ainda €1.371,00 pela Junta da Freguesia da Portela.

A Portaria 271/2020 de 24 Nov. definiu a gratuidade para o 1º escalão de rendimentos e pelo 2º escalão a partir do 2º filho para o ano letivo 2020/2021, o que implicou uma devolução dos valores recebidos de 16 famílias, valores esses que foram compensados pela Segurança Social.

Foi recebido através da consignação do IRS o valor de € 3.038,87, incluindo IVA do IRS no valor de € 339,64, referente ao ano 2018.

Em Lisboa foram recebidas doações em material e equipamentos de proteção (EPI, álcool gel, máscaras) das UDIPSS's, e em Fátima da parte da Junta de Freguesia e da Câmara de Ourém.

Pudemos ainda contar com a ajuda de vários benfeitores habituais como a Fundação Kinderwerk Lissabon – Goldach, Suíça, entre outros, e também de novos benfeitores através da plataforma www.portaldosdonativos.org, o que nos permitiu angariar os fundos necessários para a substituição do nosso sistema de aquecimento central e de águas em Fátima.

Investimentos/Obras

Em Lisboa não houve investimentos maiores.

Em Fátima, foram executadas em agosto de 2020 as obras de saneamento na nossa Rua da Padroeira. Na sequência, a companhia de Águas, BeWater, de Ourém prontificou-se a colocar uma boca de incêndio à entrada da propriedade da Fundação. No entanto, a água disponibilizada na rede não cumpre os requisitos previstos no Plano de SCIE da Fundação, por isso um sistema de bombagem continua em projeto.

Na sequência das obras desenvolvidas pela Câmara de Ourém, foi possível reparar um problema que existia desde a construção da Casa da Fundação na Rua da Padroeira, isto é, a falta de ligação das águas residuais à rede pública. Assim houve gastos na colocação de canos e tubos para água e esgoto no terreno, assim como a ligação à rede pública das águas residuais através dum sistema de bombas.

As obras de construção civil foram executadas pela Ecodemo e resultaram num valor total de € 22.755,00, incluindo o IVA; a colocação do sistema de bombagem de esgoto elevou-se a € 11.057,70, incluindo IVA.

Estas obras foram suportadas pelos donativos recebidos através de Kinderwerk Lissabon – Goldach. Dado que se tratou de mera reparação de um defeito existente, tanto a despesa como o subsídio foram colocados em resultados do exercício.

4 - Aplicação de Resultados

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de (7.796,09) €, propondo-se a sua aplicação em Resultados Transitados.

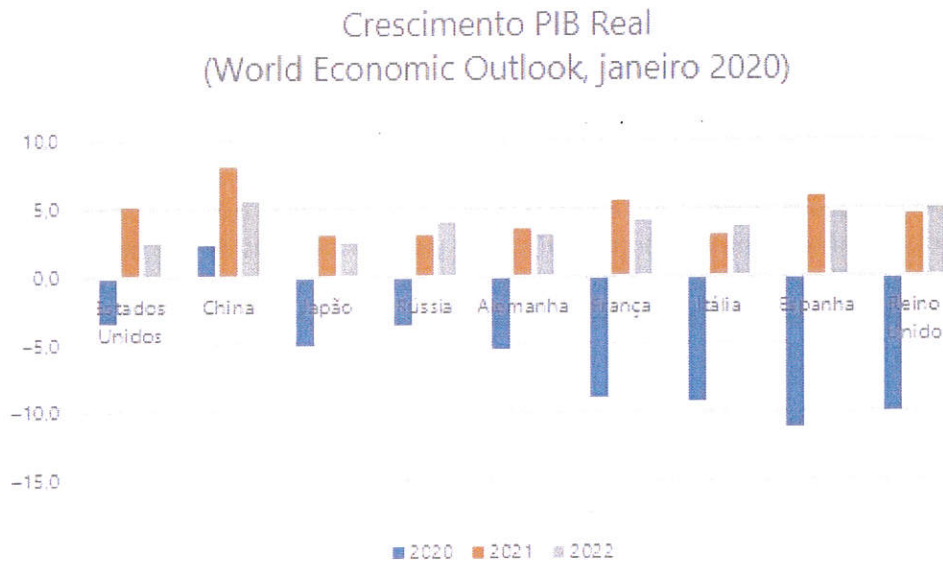
5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.



No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuïrem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projeta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O

BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projeções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a atividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projeta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Conselho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projetando-se um crescimento mais rápido dos Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-COVID já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão manter-se abaixo dos seus valores pré-COVID durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem com a recuperação. É importante que os principais bancos centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro atuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste

amk
SN
[Signature]

ano. Assim, para este ano o BCE projeta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para 7,8% em 2023, projetando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projeção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%.

Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projetada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da área do euro, à exceção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indiretos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas.

Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% e 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-COVID. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas. Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de

maior impacto as doenças infecciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controle em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas –, o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos.

Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na atividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados níveis de dívida. Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações diretamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning. Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza.

Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios – tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspetivas de uma recuperação inclusiva.

Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo, dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas atualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável,

principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objetivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

5.2 Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

O impacto sem precedentes da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abruptas no valor de ativos financeiros, assim como uma correção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao setor bancário e ao setor privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

6 - Outras Informações

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

Não foram realizados negócios entre a Fundação e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira; no entanto, cumpre salientar a dependência muito relevante de subsídios tanto do Estado como de particulares para a continuidade das operações.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

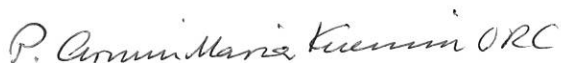
No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

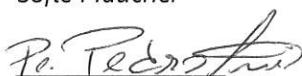
Lisboa, 30 de Abril de 2021

 P. Armin Kuemin ORC

P. Armin Kuemin

 S. Maucher

Sofie Maucher

 P. Pedro Luís

P. Pedro Luís

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2020
(montantes em euros)

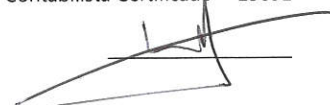
Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 630 366,25	1 645 766,64
Outros créditos e ativos não correntes		3 334,65	2 488,87
		1 633 700,90	1 648 255,51
Ativo corrente			
Inventários	5	2 278,31	2 317,45
Créditos a receber		580,00	80,00
Diferimentos		7 868,41	7 712,56
Outros ativos correntes		25 000,00	25 000,00
Caixa e depósitos bancários		170 164,06	164 325,63
		205 890,78	199 435,64
Total do ativo		1 839 591,68	1 847 691,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	419 170,03	419 170,03
Reservas		25 237,44	25 237,44
Resultados transitados		1 236 420,41	1 238 087,98
Resultado líquido do período		(7 796,09)	(1 667,57)
Total dos fundos patrimoniais		1 673 031,79	1 680 827,88
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		5 528,85	
Estado e outros entes públicos		17 191,22	16 240,14
Diferimentos		49 233,41	56 266,73
Outros passivos correntes	8	94 606,41	94 356,40
		166 559,89	166 863,27
Total do passivo		166 559,89	166 863,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 839 591,68	1 847 691,15

Conselho Directivo

Pe. António Maria Kuevin O.C.
Pe. Pedro Manuel Luis S. Ramos
Ara Maria Abreu A. A. Pereira

Contabilista Certificado - 23892

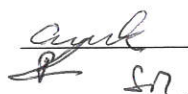


**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2020
(montantes em euros)**

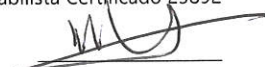
**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	6	151 177,86	214 295,03
Subsídios, doações e legados à exploração	7	856 886,61	776 439,98
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(107 900,00)	(106 616,76)
Fornecimentos e serviços externos	6	(129 481,91)	(98 222,00)
Gastos com o pessoal	8	(699 379,77)	(682 375,58)
Outros rendimentos	6	10 870,50	3 995,51
Outros gastos		(66 142,53)	(85 537,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		16 030,76	21 978,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(23 826,85)	(23 628,93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(7 796,09)	(1 649,96)
Juros e gastos similares suportados			(17,61)
Resultado antes de impostos		(7 796,09)	(1 667,57)
Resultado líquido do período		(7 796,09)	(1 667,57)

Conselho Directivo



Contabilista Certificado 23892



VALENCIAS
2020

APOS IMPUTAÇÕES

	GERAL	CRECHE			LAR			ATL					
		c10101fin			c10102fin			c10201fin			c10202fin		
		22,0%	38,0%	78,0%	78,0%	62,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	20,0%	20,0%	
6		1.026.731,06			174.041,47	452.827,19	308.424,60			308.424,60		91.437,80	
61	Gastos	A	107900		19.083,26	67.658,82	15.447,75			15.447,75		5.710,17	
612	Custo das -mercadorias vendida	A	107900		19.083,26	67.658,82	15.447,75			15.447,75		5.710,17	
6121	Matérias-primas subsidiárias e	A	103308,73		18.810,74	66.092,61	13.000,40			13.000,40		4.804,98	
6122	Generos Alimentares		4591,27		272,52	966,21	2.447,35			2.447,35		905,19	
62	Compras diversas	A	129481,91		11.821,59	41.915,35	55.295,65			55.295,65		20.449,31	
622	Fornecimentos e serviços exter	A	61174,27		3.846,43	13.637,35	31.894,06			31.894,06		11.796,43	
6221	Servi os especializados	A	5820,4		738,69	2.619,00	1.797,77			1.797,77		664,93	
6223	Trabalhos especializados		1266,72		114,21	404,91	545,75			545,75		201,85	
6224	Vigilância e segurança	A	2152,43		203,50	721,50	896,02			896,02		331,41	
6224 1	Honorários isentos		0		0,00	0,00	0,00			0,00		0,00	
6226	Conservação e reparação	A	51440,92		2.721,63	9.649,42	28.521,01			28.521,01		10.548,86	
6226 3	Refeitórios e instalações		5768,1		1.151,97	4.084,27	388,26			388,26		143,60	
6226 4	Pequenas reparações		117,76		18,61	65,99	24,21			24,21		8,95	
6226 5	Manutenção informática		3243,93		549,62	1.948,66	544,32			544,32		201,33	
6226 6	Viatura 80-EB-73		174,09		38,30	135,79	0,00			0,00		0,00	
6226 8	Diversos-Imobilizado		266,27		38,05	134,89	68,13			68,13		25,20	
6226 9	Viatura 93-BM-71		0		0,00	0,00	0,00			0,00		0,00	
6226 10	Viatura 08-59-XP		0		0,00	0,00	0,00			0,00		0,00	
6226 11	Viatura 13-DX-94		25,61		5,63	19,98	0,00			0,00		0,00	
6226 12	Viatura 88-37-XE		158,65		0,00	0,00	115,81			115,81		42,84	
6226 13	Viatura 88-BR-05		0		0,00	0,00	0,00			0,00		0,00	
6226 14	Viatura 12-SF-88		65,17		0,00	0,00	47,57			47,57		17,60	
6228	Despesas bancarias		493,8		68,40	242,51	133,51			133,51		49,38	
623	Materiais		15356,32		2.346,14	8.320,56	3.425,25			3.425,25		1.264,37	
6231	Ferramentas e utensilios de de	A	9675,56		1.413,54	5.011,64	2.378,29			2.378,29		872,09	
6233	Material de escritório		5601,23		932,60	3.308,92	988,91			988,91		370,80	
6233 1	Materiais ATL		3,21		0,00	2,44	0,00			0,00		0,77	
624	Energia e fluidos	A	30221,4		3.204,10	11.359,97	11.429,85			11.429,85		4.227,48	
6241	Electricidade		14060,71		1.473,24	5.223,31	5.375,84			5.375,84		1.988,32	
6242	Combustiveis	A	10890,18		1.121,18	3.975,08	4.229,56			4.229,56		1.564,36	
6242 1	Gasoleo		1298,6		139,31	493,91	485,73			485,73		179,65	
6242 2	Gasolina		46,61		10,25	36,36	0,00			0,00		0,00	
6242 3	Gas		2947,62		311,52	1.104,48	1.118,08			1.118,08		413,54	
6243	Água		5270,51		609,68	2.161,58	1.824,45			1.824,45		674,80	
625	Deslocações estadas e transpor	A	1724,93		193,38	685,61	617,54			617,54		228,41	
6251	Deslocações e estadas	A	1496,16		143,05	507,17	617,54			617,54		228,41	
6251 2	Portagens/estacionamentos		951,14		132,30	469,08	255,32			255,32		94,43	
6251 3	deslocações ao serviço da Obra		21,23		3,43	12,14	4,13			4,13		1,53	
6251 4	Desloc estadas-outras		301,91		7,32	25,94	196,11			196,11		72,54	
626	Serviços diversos	A	21004,99		2.231,55	7.911,86	7.928,95			7.928,95		2.932,63	
6262	Comunicação	A	2541,53		287,70	1.020,02	900,68			900,68		333,13	
6262 1	Telefone		217,69		47,89	169,80	0,00			0,00		0,00	
6262 2	Telemovel		40,65		0,00	29,67	10,98			10,98		0,00	
6262 3	Outros		374,51		24,97	88,51	190,55			190,55		70,48	
6263	Seguros	A	5645,24		609,97	2.162,61	2.097,05			2.097,05		775,62	
6263 1	Seguros de automovel		894,3		132,88	471,12	211,92			211,92		78,38	
6263 2	Seguros multi habitacao		1211,69		0,00	0,00	884,53			884,53		327,16	
6263 3	Acidentes Pessoais-Grupo		0		0,00	0,00	0,00			0,00		0,00	
6263 4	Saúde Multicare Individual		18		0,00	0,00	13,14			13,14		4,86	
6265	Contencioso e notariado		106,5		0,00	0,00	77,75			77,75		28,76	

Handwritten signatures and initials.

VALENCIAS
2020

GERAL

APOS IMPUTAÇÕES

CRECHE

PRE

c101022fnn

LAR

c10201fnn

ATL

c10202fnn

22,0%
38,0%
78,0%
62,0%
80,0%
80,0%
20,0%
20,0%

6267	Limpeza higiene e conforto	A	2602,65	429,24	1.521,85	475,64	175,92
6267	1 Limpeza higiene e conforto		2602,65	429,24	1.521,85	475,64	175,92
6268	Outros serviços	A	10074,07	896,95	3.180,08	4.377,84	1.619,20
6268	1 Diversos		5037,26	661,82	2.346,46	1.481,16	547,82
63	Gastos com o pessoal	A	699379,77	134.393,90	317.315,97	193.940,51	53.707,04
632	Remunerações do pessoal	A	566769,23	108.232,13	296.452,07	157.512,58	44.572,45
6321	Remuneraçao pessoal		487052,41	92.076,11	218.981,70	136.654,82	39.339,78
6325	Subsidio Natal		39662,9	7.933,00	18.759,83	10.389,80	2.580,27
6326	Ferrias/sub° ferrias		0	0,00	0,00	0,00	0,00
6327	Indemnizações		0	0,00	0,00	0,00	0,00
635	Encargos sobre remunerações	A	123531,71	24.142,22	57.568,86	33.416,54	8.381,74
63513	Fundo FGCT		68,84	6,48	10,56	23,56	5,89
6352	Encargos renun pessoal		123462,87	24.135,75	57.558,29	33.392,98	8.375,85
636	Seguros acidentes trabalho e d	A	5424,47	1.026,47	1.674,76	2.178,59	544,65
6362	Acidentes Pessoais-Grupo		84,56	0,00	0,00	67,65	16,91
638	Outros gastos com o pessoal	A	3654,36	993,08	1.620,28	832,80	208,20
63882	Outros custos c/pessoal		0	0,00	0,00	0,00	0,00
63883	Seg Higiene no trabalho		1909,36	506,68	826,68	460,80	115,20
63883	1 Saude no trabalho		111,72	42,45	69,27	0,00	0,00
63884	Formaçao		1745	486,40	793,60	372,00	93,00
64	Gastos de depreciacão e de anno	A	23826,85	3.467,90	7.369,29	10.391,73	2.597,93
642	Activos fixos tangiveis	A	23826,85	3.467,90	7.369,29	10.391,73	2.597,93
6422	Edificios		5837,53	784,34	1.666,73	2.709,17	677,29
6423	Equip.basico		12094,37	1.874,53	3.983,37	4.989,18	1.247,29
6424	Equip. Transporte		1513,99	0,00	0,00	1.211,19	302,80
6426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		0	0,00	0,00	0,00	0,00
6429	Outros		2188,74	356,41	757,38	859,96	214,99
68	Outros gastos e perdas	A	66141,19	5.214,82	18.567,75	33.348,96	8.973,35
681	Impostos	A	32631,16	2.783,19	9.855,64	14.644,05	5.348,28
6812	Impostos indirectos	A	32631,16	2.783,19	9.855,64	14.644,05	5.348,28
68122	Imposto sobre o valor acrescen	A	32630,02	2.783,03	9.855,07	14.643,75	5.348,17
68122	1 IVA O.B.S. geral		14358,25	1.049,59	3.709,24	7.050,49	2.548,93
68122	3DL 84/2017 Alimentação		2816,1	281,74	998,91	1.120,91	474,54
68122	4DL 84/2017 IMOBILIZADO (100€)		2245,91	104,01	368,75	1.294,40	478,75
68122	5DL 84/2017 Conservação (1.000€)		4318,25	0,00	0,00	3.152,32	1.165,93
68122123	Imposto do selo		0	0,00	0,00	0,00	0,00
68123	Taxas		1,14	0,16	0,57	0,30	0,11
6813	1 taxas diversas	A	0	0,00	0,00	0,00	0,00
688	Outros	A	33510,03	2.470,97	8.712,11	18.704,91	3.622,04
6881	Correcções relativas a periodo		614,41	86,51	306,71	161,47	59,72
6883	Quotizações		81	17,82	63,18	0,00	0,00
6888	Outros não especificados	A	32634,62	2.366,64	8.342,22	18.412,04	3.513,72
6888	1 Desp. meninas Instituição		2500,96	0,00	0,00	2.402,88	98,08
6888	2 Flores e Velas		388,6	12,45	44,15	242,36	89,64
6888	3 Desp. Medicas e Farmacia		3679,97	96,16	340,92	2.761,61	481,28
6888	4 Pag Escolas externas		1893,82	0,00	0,00	1.893,82	0,00
6888	6 Outros Custos Diverso		14766,13	2.060,75	7.257,69	3.969,13	1.478,56
6888	7 Materiais actividades escolares		124,36	0,00	0,00	84,58	39,78
6888	8 Visitas escolares		349,45	9,18	32,53	224,65	83,09
6888	9 Ajuda estudantes outras escolas		0	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials.

M.

VALENCIAS
2020

APOS IMPUTAÇÕES

	GERAL	APOS IMPUTAÇÕES			
		CRECHE	PRE	LAR	ATL
		c10101fin 22,0% 38,0%	c10102fin 78,0% 62,0%	c10201fin 80,0% 80,0%	c10202fin 20,0% 20,0%
6888 10 Donativos concedidos	20	0,00	0,00	14,60	5,40
6889 Outros diversos	0	39,64	0,00	0,00	3,03
7 Rendimentos					
72 Prestações de serviços	A	-158.399,80	-499.899,31	-314.354,65	-46.281,21
721 0	A	-151177,86	-100.137,17	0,00	-22.796,87
721 1 Matrículas e Mensalidades		-150887,86	0,00	0,00	0,00
721 14 Seguros escolares		-290	-100.137,17	0,00	-22.506,87
721 24 Reembolsos / participação pais (diversos)		0	0,00	0,00	-290,00
721 25 Reembolsos de Abonos de Família		0	0,00	0,00	0,00
721 26 Reembolsos Subsídio de Almoço		0	0,00	0,00	0,00
75 Subsídios à exploração	A	-856886,61	-399.512,31	-305.306,70	-21.982,07
751 Subsídios do estado e outros e	A	-655026,91	-291.550,04	-254.549,48	-9.292,76
751 10 IGFSS Lisboa		-391184,67	-291.550,04	0,00	0,00
751 13 IGFSS Santarem		-167104,32	0,00	-158.672,46	-8.431,86
751 15 IGFSS PLANO SERE +		-62930,88	0,00	-62.930,88	0,00
752 Subsídios de outras entidades	A	-201859,7	-107.962,27	-50.757,22	-12.689,31
752 4 Donativos diversos		-14444,78	-4.527,14	-6.912,61	-1.728,15
752 10 Apoio Social-Junta Freguesia Moscovide e Port		-1371	-1.069,38	0,00	0,00
752 17 produtos BANCO ALIMENTAR POBRES		-44887,05	-35.011,90	0,00	0,00
752 19 PRODUTOS BANCO ALIMENTAR INSTITUIÇA		-6292,19	-4.907,91	0,00	0,00
752 20 Fundação Suíça GOLDACH		-92982,36	-46.416,79	-26.778,92	-6.694,73
752 21 Diversos-donativos em generos outras entidade		0	0,00	0,00	0,00
752 22 Produtos Banco Bens Doados		0	0,00	0,00	0,00
752 24 Subsídio p/ livros		0	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos e ganhos	A	-10865,5	-247,32	-9.046,51	-1.501,91
787 Rendimentos e ganhos em invest	A	-7200	0,00	-5.760,00	-1.440,00
7871 Alienações	A	0	0,00	0,00	0,00
7871 2 Alienação Viat.40-67-OU		0	0,00	0,00	0,00
788 Outros	A	-3665,5	-247,32	-3.286,51	-61,91
7881 Correções relativas a período	A	0	0,00	0,00	0,00
7881 1 Recuper IVA ref exercicios anteriores		0	0,00	0,00	0,00
7888 Outros não especificados		-626,63	-247,32	-247,64	-61,91
79 Juros e outros rendimentos sim	A	-5	-2,50	-1,44	-0,36
791 Juros obtidos	A	-5	-2,50	-1,44	-0,36
7911 De depósitos		-5	-2,50	-1,44	-0,36
Resultado		-7.796,09	47.072,12	5.930,05	-45.156,59
					-7.796,09

30	105	20	30
5.801,38	4.312,64	15.421,23	3.047,93
483,45	359,39	1.285,10	253,99

ant
SA
R

CC 23892

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2020

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

(montantes em euros)

DESCRICÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	419 170,03		25 237,44	1 238 087,98			(1 667,57)	1 680 827,88		1 680 827,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3				(1 667,57)			1 667,57			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
7					(1 667,57)			1 667,57			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(7 796,09)	(7 796,09)		(7 796,09)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							(7 796,09)	(7 796,09)		(7 796,09)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	419 170,03		25 237,44	1 236 420,41			(7 796,09)	1 673 031,79		1 673 031,79

Conselho Directivo

Carla Rosa SA.

Contabilista Certificado
23892

[Handwritten Signature]

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

DESCRICÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
1	3	419 170,03		25 237,44	1 243 212,54			6 375,44	1 693 995,45		1 693 995,45
2					(5 124,56)			(6 375,44)	(11 500,00)		(11 500,00)
3					(5 124,56)			(6 375,44)	(11 500,00)		(11 500,00)
4=2+3								(1 667,57)	(1 667,57)		(1 667,57)
5								(13 167,57)	(13 167,57)		(13 167,57)
6=1+2+3+4+5		419 170,03		25 237,44	1 238 087,98			(1 667,57)	1 680 827,88		1 680 827,88

Conselho Directivo

Amal SA.

Contabilista Certificado
23892

[Signature]

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2020
(montantes em euros)**

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2020	2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		151 177,86	214 295,03
Pagamentos a fornecedores		231 715,36	197 393,71
Pagamentos ao pessoal	8	698 428,69	682 845,22
Caixa gerada pelas operações		(778 966,19)	(665 943,90)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 038,87)	
Outros recebimentos/pagamentos		791 034,33	(48 559,90)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		15 107,01	(714 503,80)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	8 426,46	8 055,00
<i>Investimentos financeiros</i>		845,78	799,61
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		5,00	5,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(9 267,24)	(8 849,61)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Doações</i>			108 317,70
Outras operações de financiamento			621 029,34
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		1,34	39,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1,34)	729 307,40
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5 838,43	5 953,99
Caixa e seus equivalentes no início do período		189 325,63	183 371,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		195 164,06	189 325,63

Conselho Directivo

 Sr.

Contabilista Certificado 23892



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

ANO : 2020

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação

- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
 - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
 - 3.2 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras
 - 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

- 5 - Inventários**
 - 5.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
 - 5.2 Quantia escriturada de inventários

- 6 - Rendimentos e gastos**
 - 6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
 - 6.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 6.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

- 7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
 - 7.2 Principais doadores / fontes de fundos
 - 7.3 Outras divulgações

- 8 - Benefícios dos empregados**
 - 8.1 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

- 9 - Acontecimentos após a data do balanço**
 - 9.1 Outras divulgações

- 10 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 10.1 Informação por atividade económica
 - 10.2 Informação por mercado geográfico

10.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

11 - Impostos e contribuições

11.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

12 - Fluxos de caixa

12.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação (FONSP) é uma IPSS com dois estabelecimentos. Em Lisboa actua no apoio social como Creche e Jardim Infantil. Em Fátima desenvolve actividades de ATL e de Lar de Lar de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas reportadas ao período anterior estavam em normativo SNC-ESNL, pelo que as contas são comparáveis com as do período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a

sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se em regime de isenção de IRC. Contudo, no caso de vir a desenvolver actividades com fins lucrativos, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% (ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base

na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o

montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. **Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras a organização utiliza estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período e do período anterior incluem:

- justo valor e vidas uteis de activos tangíveis
- registo de provisões e perdas por imparidade

As estimativas foram preparadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das peças financeiras. As alterações a estas estimativas que venham a decorrer posteriormente serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.3. **Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são registados na preparação das demonstrações financeiras do período.

2020 foi o ano caracterizado pelo aparecimento da pandemia COVID 19 , que se refletiu muito negativamente na economia nacional e mundial; no caso da Fundação directamente na quebra de valores obtidos com as mensalidades de alunos. Espera-se que 2021, com o aumento da vacinação das populações, possa ser o ano da recuperação e da regularização da normalidade económica a nível global.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. **Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis**

4.1.1. **Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:**

A Fundação não tem bens considerados como património histórico, artístico e cultural.

O método de depreciação é o da linha recta , aplicada aos bens considerados ao seu custo de aquisição.

4.1.2. **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	353 148,90	1 938 703,82	453 903,63	115 056,78	38 987,78		97 741,52			2 997 442,43
Depreciações acumuladas		692 229,98	424 262,62	112 028,80	33 817,52		89 336,87			1 351 675,79
Saldo no início do período	353 148,90	1 246 473,84	29 541,01	3 027,98	5 170,26		8 404,65			1 645 766,64
Variações do período		(5 837,53)	(8 333,71)	(1 513,99)	2 473,58		(2 188,74)			(15 400,39)
Total de aumentos			3 760,66		4 665,80					8 426,46
Aquisições em primeira mão			3 760,66		4 665,80					8 426,46
Total diminuições		5 837,53	12 094,37	1 513,99	2 192,22		2 188,74			23 826,85
Depreciações do período		5 837,53	12 094,37	1 513,99	2 192,22		2 188,74			23 826,85
Outras transferências			0,00		0,00					0,00
Saldo no fim do período	353 148,90	1 240 636,31	21 207,30	1 513,99	7 643,84		6 215,91			1 630 366,25
Valor bruto no fim do período	353 148,90	1 938 703,82	457 564,29	115 056,78	43 653,58		97 741,52			3 005 868,89
Depreciações acumuladas no fim do período		698 067,51	436 356,99	113 542,79	36 009,74		91 525,61			1 375 502,64

5 - Inventários

5.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As matérias primas são consideradas ao seu custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

5.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		2 317,45	2 317,45		2 022,37	2 022,37
Compras		107 860,86	107 860,86		106 911,84	106 911,84
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		2 278,31	2 278,31		2 317,45	2 317,45
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		107 900,00	107 900,00		106 616,76	106 616,76
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é reconhecido pelo justo valor da contraprestação recebida pelos serviços prestados na actividade normal da instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	151 177,86	214 295,03
Juros	5,00	5,00
Total	151 182,86	214 300,03

6.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	61 174,27	47 967,99
Trabalhos especializados	5 820,40	4 986,00
Vigilância e segurança	1 266,72	6 111,04
Honorários	2 152,43	7 739,00
Conservação e reparação	51 440,92	28 787,45
Outros	493,80	344,50
Materiais	15 356,32	10 947,53
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9 675,56	5 457,15
Livros e documentação técnica	79,53	
Material de escritório	5 601,23	5 490,38
Energia e fluidos	30 221,40	29 903,20
Electricidade	14 060,71	14 312,21
Combustíveis	10 890,18	11 832,47
Água	5 270,51	3 758,52
Deslocações, estadas e transportes	1 724,93	1 480,76
Deslocações e estadas	1 496,16	1 478,96
Transportes de pessoal	228,77	1,80
Serviços diversos	21 004,99	7 922,52
Rendas e alugueres	35,00	
Comunicação	2 541,53	2 501,27
Seguros	5 645,24	4 925,98
Contencioso e notariado	106,50	
Despesas de representação		97,94
Limpeza, higiene e conforto	2 602,65	
Outros serviços	10 074,07	397,33
Total	129 481,91	98 222,00

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração									
Valor dos reembolsos efetuados no período		655 026,91	655 026,91		201 859,70	201 859,70			
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração		655 026,91	655 026,91		201 859,70	201 859,70			
Total		(655 026,91)	(655 026,91)		(201 859,70)	(201 859,70)			

7.2. Principais doadores / fontes de fundos

A fundação suíça Goldach e diversos privados nacionais são os autores de donativos .

7.3. Outras divulgações

Os subsídios do Governo são considerados ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com os requisitos para o vir a receber. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

8 - Benefícios dos empregados

8.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	699 379,77	682 375,58
Remunerações do pessoal	566 769,23	549 942,81
Encargos sobre as remunerações	123 531,71	122 969,16
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 424,47	5 135,74
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	3 654,36	4 327,87


9 - Acontecimentos após a data do balanço

9.1. Outras divulgações

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, registaram-se factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas. A pandemia do COVID19 terá certamente consequências na actividade futura da Fundação. No mês de Abril e Maio a quase totalidade das actividades foram suspensas, não havendo ainda possibilidade de quantificar os efeitos desta crise pandémica, tanto a nível nacional como internacional. Contudo, as reservas financeiras e de património não deixam antever situações de dificuldade a curto prazo, apesar de não esquecermos que a Fundação necessita absolutamente de subsídios do Estado , bem como de donativos de entidades terceiras, pelo que o seu bem estar futuro vai depender da capacidade económica dos citados financiadores.

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	151 177,86	151 177,86
Compras	107 860,86	107 860,86
Fornecimentos e serviços externos	129 481,91	129 481,91
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	107 900,00	107 900,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	107 900,00	107 900,00
Gastos com o pessoal	699 379,77	699 379,77
Remunerações	566 769,23	566 769,23
Outros gastos	132 610,54	132 610,54
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1 630 366,25	1 630 366,25
Propriedades de investimento		

10.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	151 177,86			151 177,86
Compras	107 860,86			107 860,86
Fornecimentos e serviços externos	129 481,91			129 481,91
Rendimentos suplementares:				

10.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. O mesmo se passa com a Segurança Social.

11 - Impostos e contribuições

11.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:




Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(7 796,09)	(1 667,57)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

12 - Fluxos de caixa

12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3 365,65	36 919,86	38 355,71	1 929,80
Depósitos à ordem	60 959,98	1 630 704,91	1 586 405,63	105 259,26
Outros depósitos bancários	100 000,00	113 000,00	150 025,00	62 975,00
Total	164 325,63	1 780 624,77	1 774 786,34	170 164,06




Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	195 164,06		195 164,06
11	Caixa	1 929,80		1 929,80
12	Depósitos à ordem	105 259,26		105 259,26
13	Outros depósitos bancários	62 975,00		62 975,00
14	Outros instrumentos financeiros	25 000,00		25 000,00
142	Instrumentos financeiros detidos para negociação	25 000,00		25 000,00
1421	Ativos financeiros	25 000,00		25 000,00
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	8 448,41	166 559,89	(158 111,48)
22	Fornecedores		5 528,85	(5 528,85)
221	Fornecedores c/c		5 528,85	(5 528,85)
2211	Fornecedores gerais		5 528,85	(5 528,85)
24	Estado e outros entes públicos		17 191,22	(17 191,22)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		4 250,38	(4 250,38)
245	Contribuições para a Segurança Social		12 940,84	(12 940,84)
27	Outras contas a receber e a pagar	580,00	94 606,41	(94 026,41)
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)		94 606,41	(94 606,41)
2722	Credores por acréscimos de gastos		94 606,41	(94 606,41)
278	Outros devedores e credores	580,00		580,00
28	Diferimentos	7 868,41	49 233,41	(41 365,00)
281	Gastos a reconhecer	7 868,41		7 868,41
282	Rendimentos a reconhecer		49 233,41	(49 233,41)
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2 278,31		2 278,31
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 278,31		2 278,31
331	Matérias-primas	2 278,31		2 278,31
4	INVESTIMENTOS	3 009 203,54	1 375 502,64	1 633 700,90
41	Investimentos financeiros	3 334,65		3 334,65
415	Outros investimentos financeiros	3 334,65		3 334,65
4151	Detidos até à maturidade	3 334,65		3 334,65
43	Ativos fixos tangíveis	3 005 868,89	1 375 502,64	1 630 366,25
433	Outros ativos fixos tangíveis	3 005 868,89	1 375 502,64	1 630 366,25
4331	Terrenos e recursos naturais	353 148,90		353 148,90
4332	Edifícios e outras construções	1 938 703,82		1 938 703,82
4333	Equipamento básico	457 564,29		457 564,29
4334	Equipamento de transporte	115 056,78		115 056,78
4335	Equipamento administrativo	43 653,58		43 653,58
4337	Outros ativos fixos tangíveis	97 741,52		97 741,52
4338	Depreciações acumuladas		1 375 502,64	(1 375 502,64)
43382	Edifícios e outras construções		698 067,51	(698 067,51)
43383	Equipamento básico		436 356,99	(436 356,99)

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
43384	Equipamento de transporte		113 542,79	(113 542,79)
43385	Equipamento administrativo		36 009,74	(36 009,74)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		91 525,61	(91 525,61)
5	FUNDOS PATRIMONIAIS		1 680 827,88	(1 680 827,88)
51	Fundos		419 170,03	(419 170,03)
55	Reservas		25 237,44	(25 237,44)
552	Outras reservas		25 237,44	(25 237,44)
56	Resultados transitados		1 236 420,41	(1 236 420,41)
6	GASTOS	1 026 731,06		1 026 731,06
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	107 900,00		107 900,00
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	107 900,00		107 900,00
62	Fornecimentos e serviços externos	129 481,91		129 481,91
622	Serviços especializados	61 174,27		61 174,27
6221	Trabalhos especializados	5 820,40		5 820,40
6223	Vigilância e segurança	1 266,72		1 266,72
6224	Honorários	2 152,43		2 152,43
6226	Conservação e reparação	51 440,92		51 440,92
6228	Outros	493,80		493,80
623	Materiais	15 356,32		15 356,32
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9 675,56		9 675,56
6232	Livros e documentação técnica	79,53		79,53
6233	Material de escritório	5 601,23		5 601,23
624	Energia e fluidos	30 221,40		30 221,40
6241	Eletricidade	14 060,71		14 060,71
6242	Combustíveis	10 890,18		10 890,18
6243	Água	5 270,51		5 270,51
625	Deslocações, estadas e transportes	1 724,93		1 724,93
6251	Deslocações e estadas	1 496,16		1 496,16
6252	Transportes de pessoal	228,77		228,77
626	Serviços diversos	21 004,99		21 004,99
6261	Rendas e alugueres	35,00		35,00
6262	Comunicação	2 541,53		2 541,53
6263	Seguros	5 645,24		5 645,24
6265	Contencioso e notariado	106,50		106,50
6267	Limpeza, higiene e conforto	2 602,65		2 602,65
6268	Outros serviços	10 074,07		10 074,07
63	Gastos com o pessoal	699 379,77		699 379,77
632	Remunerações do pessoal	566 769,23		566 769,23
635	Encargos sobre remunerações	123 531,71		123 531,71

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	5 424,47		5 424,47
638	Outros gastos com o pessoal	3 654,36		3 654,36
64	Gastos de depreciação e de amortização	23 826,85		23 826,85
642	Ativos fixos tangíveis	23 826,85		23 826,85
6422	Edifícios e outras construções	5 837,53		5 837,53
6423	Equipamento básico	12 094,37		12 094,37
6424	Equipamento de transporte	1 513,99		1 513,99
6425	Equipamento administrativo	2 192,22		2 192,22
6427	Outros ativos fixos tangíveis	2 188,74		2 188,74
68	Outros gastos	66 141,19		66 141,19
681	Impostos	32 631,16		32 631,16
6812	Impostos indiretos	32 631,16		32 631,16
688	Outros	33 510,03		33 510,03
6881	Correções relativas a períodos anteriores	614,41		614,41
6882	Donativos	180,00		180,00
6883	Quotizações	81,00		81,00
6888	Outros não especificados	32 634,62		32 634,62
69	Gastos de financiamento	1,34		1,34
691	Juros suportados	1,34		1,34
6918	Outros juros	1,34		1,34
7	RENDIMENTOS		1 018 934,97	(1 018 934,97)
72	Prestações de serviços		151 177,86	(151 177,86)
721	Quotas dos utilizadores		151 177,86	(151 177,86)
75	Subsídios, doações e legados à exploração		856 886,61	(856 886,61)
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		655 026,91	(655 026,91)
752	Subsídios de outras entidades		201 859,70	(201 859,70)
78	Outros rendimentos		10 865,50	(10 865,50)
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		7 200,00	(7 200,00)
7873	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		7 200,00	(7 200,00)
788	Outros		3 665,50	(3 665,50)
7885	Restituição de impostos		3 038,87	(3 038,87)
7888	Outros não especificados		626,63	(626,63)
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares		5,00	(5,00)
791	Juros obtidos		5,00	(5,00)
7911	De depósitos		5,00	(5,00)
8	RESULTADOS			
	Total	4 241 825,38	4 241 825,38	0,00

Ata nº 159

No dia 10 de Maio de dois mil e vinte e um, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho de Administração e a Direção da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Instituição, na Portela-Moscavide, para -----
Ponto Único: aprovação de **Relatório e Contas de 2020**.-----

Na reunião estiveram presentes os membros do Conselho de Administração: o Sr. Pe. Armin Maria Kümin (Presidente), o Sr. Pe. Dr. Pedro Manuel Luís (Vogal) e a Sra. Sofie Maucher (Secretária e Vice-Presidente da Direção), juntamente com a Presidente da Direção, Sra. Rosa Habertzettl e o Tesoureiro Dr. Miguel Madureiro Bentes, assim como os membros do Conselho Fiscal: o Dr. Nuno Miguel Nascimento (Presidente) e a Sra. Ana Maria Pereira (1ª vogal) e Dr. Virgílio Carvalho, contabilista certificado 23892, responsável pela parte contábil da Fundação. A Dra. Ana Cristina Oliveira, (2ª Vogal do Conselho Fiscal) participou através de video conferência.-----

O Presidente deu por aberta a sessão e propôs como ordem do dia analisar o Relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano de dois mil e vinte. Embora a Fundação não tenha sido afetada gravemente por surtos do virus SARS CoV-2 e doença Covid-19, as regras e orientações da DGS e Segurança Social exigiram adaptações, vigilância contínua e confinamentos para todos os utentes e pessoal. Enquanto três respostas sociais, nomeadamente Creche, Jardim de Infancia e CATL fecharam temporariamente, permaneceu o Lar para Crianças e Jovens em Risco, em Fátima, em pleno funcionamento, motivo pelo que o custo real nesta valência aparece superior em relação ao ano anterior. -----

Graças à ajuda dos benfeitores principalmente da Fundação Kinderwerk – CH Goldach, mas também de Helferwerk e.V. da Alemanha, foi possível concluir mais uma etapa no saneamento e na concretização das Medidas de Autoproteção e SCIE em Fatima, dada à conclusão das obras de saneamento por parte da Câmara de Ourém na área da residência da Fundação.

Dr. Virgílio esclareceu alguns pontos que foram questionados e informou que a Fundação teve no exercício em análise um resultado negativo de 7.796,09 (sete mil sete centos e noventa e seis Euros e nove cêntimos). O Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Nuno Nascimento deu o seu parecer a respeito e procedeu-se à aprovação das contas. Os mesmos foram aprovados por unanimidade e foi decidido aplicar o resultado do exercício em “Resultados Transitados”, e foi assinada a presente ata por parte de todos os membros presentes.

O Presidente agradeceu aos benfeitores da Fundação, que também este ano contribuíram para poder face a todas as despesas. Agradeceu também aos membros dos órgãos sociais, funcionários e demais colaboradores, pelo apoio e dedicação no desenvolvimento das suas atividades.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se a reunião por encerrada e lida em voz alta, foi assinada pelos presentes,

Pe. Armin Maria Kümin ORC
Pe. Pedro Manuel Luís
Miguel Bentes
Ana Cristina Oliveira
Ana Maria Abreu Ribeiro Almeida Pereira
Rosa Habertzettl
S. Maucher
Miguel Madureiro Bentes

Acta nº 65

No dia dez de maio de dois mil e vinte um, pelas dezanove horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Instituição.

Nesta reunião estiveram presentes todos membros do Conselho Fiscal, bem como o Presidente do Conselho Administração, Sr. Pe. Armin Kümin, e o responsável pela contabilidade da Fundação, Dr Virgílio Carvalho.

A Dra. Ana Cristina Oliveira, participou através de video conferência e

O Presidente deu por aberta a sessão e propôs como ordem do dia analisar as Contas e o Relatório de Gestão do ano de dois mil e vinte.

Iniciando a ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Administração fez uma breve análise das Contas e do Relatório de Gestão, e informou que a Fundação teve no exercício em análise resultado negativo de € 7.796,09 (sete mil setecentos e noventa e seis euros e nove cêntimos).

De seguida, e de acordo com o artº 22 dos estatutos, procedeu-se à análise e apreciação das contas.

Após análise das Contas e do Relatório de Gestão de dois mil e vinte, verificou-se que as mesmas obedeceram às normas estatutárias e demais requisitos legais, pelo que foram aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a sessão, sendo lavrada a presente acta, que vai assinada por todos os membros presentes.

Nuno Miguel Pedreira Francisco do Nascimento

Ana Maria Abreu R. A. Pereira

Pe. Armin Kümin ORC

Ana Cristina Oliveira

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

A: FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho Diretivo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade e a gestão da Instituição, verificou os livros, registos contabilísticos e respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho Diretivo, da qual sempre recebeu todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisou-se também o Relatório e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo com as respetivas notas explicativas.

Nesta conformidade entende-se que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, em 31 de dezembro de 2020, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como compete dá-se ainda o acordo quando aos critérios valorimétricos utilizados pela Instituição, conforme constam da Nota do Anexo da Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Conselho Fiscal é de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão da Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2020.


2. Que seja aprovada a proposta apresentada pela Administração de levar a resultados transitados os prejuízos apurados no exercício.


Finalmente deseja agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Instituição com quem contactou, toda a colaboração recebida no desempenho das suas funções.

Lisboa, 10 de maio de 2021

O CONSELHO FISCAL

Presidente: 
(Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento)

Vogal: 
(Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira)

Vogal: 
(Ana Maria Pereira)

